

## UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE PARA A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SUSTENTÁVEL

Pedro Rogerio Giongo<sup>1</sup>

Letícia Cristina Alves de Sousa<sup>2</sup>

Cristiana Paula Vinhal<sup>3</sup>

Fernando Antonio de Souza Ferreira<sup>4</sup>

Lorena da Fonseca Ferreira<sup>5</sup>

### Desenvolvimento Urbano

#### Resumo

A necessidade humana de se apropriar e de transformar os recursos naturais vai além da manutenção da própria vida, mas também para reproduzir um sistema de atividades econômicas e manifestações culturais, possibilitando uma série de consequências socio-espaciais. As cidades são resultado da apropriação e transformação, constituindo-se como produto histórico e coletivo da sociedade e na justa medida em que há a necessidade de produção e consumo do espaço. Objetivo: descrever a importância dos processos urbanos analisando as relações de produção e uso do espaço nos diferentes níveis da sociedade. Metodologia: Pesquisa bibliográfica abordando a gênese e a história da cidade, a produção do espaço urbano, a discussão de conceitos e teorias a respeito da relação cidade/campo e urbano/rural, organização intraurbano e regional com vistas aos estudos feitos no Brasil e no mundo, caracterização de cidade média no contexto nacional e os agentes sociais que promoveram o crescimento urbano. A pesquisa foi realizada em banco de artigos como o Google Acadêmico e livros. Principais Resultados: A paisagem urbana é consequência direta da relação entre a experiência humana e seu espaço, este por sua vez, reflete no mundo capitalista, a segregação espacial como resultado da distribuição de renda estabelecida no processo de produção e consumo. Principais conclusões: Tanto o crescimento urbano equilibrado quanto o desenvolvimento sustentável, são tarefas difíceis de serem concretizadas. As cidades surgiram de acordo com as riquezas das regiões. Portanto, a organização territorial de uma sociedade pode ser compreendida a partir dos padrões de comportamento sociais coletivos.

**Palavras-chave:** Urbanização, Organização, Equilíbrio e Consumidor.

<sup>1</sup> Prof. Dr. Universidade Estadual de Goiás-UEG – Departamento Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade, [pedro.giongo@ueg.br](mailto:pedro.giongo@ueg.br)

<sup>2</sup> Aluna do curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade - PPGAS, Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos - GO, [leticiafarm7620@gmail.com](mailto:leticiafarm7620@gmail.com)

<sup>3</sup> Aluna do curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade - PPGAS, Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos - GO, [cristianavinhapedagoga@gmail.com](mailto:cristianavinhapedagoga@gmail.com)

<sup>4</sup> Aluno do curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade - PPGAS, Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos - GO, [nando.hanyou@gmail.com](mailto:nando.hanyou@gmail.com)

<sup>5</sup> Aluna do curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade - PPGAS, Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos - GO, [lf.dafonseca@gmail.com](mailto:lf.dafonseca@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A necessidade humana de se apropriar e transformar os recursos naturais vai além da manutenção da própria vida, reprodução de um sistema de atividades econômicas e manifestações culturais, possibilitando consequências socioespaciais. As cidades são resultado dessa apropriação e transformação, constituindo-se como produto histórico e coletivo da sociedade na proporção em que há a necessidade de produção e consumo do espaço.

Historicamente, a cidade não é uma invenção do capitalismo, contudo, representa após o seu desenvolvimento como modelo econômico um diferente papel se comparado às cidades da Antiguidade. Carlos (1994) argumenta que a origem da cidade se vincula à existência de diversas funções urbanas: industrial, cultural, comercial, administrativas ou políticas. A cidade deve ser entendida como condição básica na organização dos complexos sistemas sociais, pois, centraliza condições que possibilitam o desenvolvimento da sociedade.

O consumo da cidade obedece ao capitalismo, caracterizado como ato essencialmente individual, desigual e contínuo. Surge aí a maioria dos problemas ambientais e conflitos que afligem as cidades. Enquanto os desdobramento e desnudamento se destacam importantes, a compreensão do mundo trabalho e circulação de mercadorias permite entender melhor essa produção do espaço. Assim a necessidade de novos espaços ou da ressignificação dos antigos são parte da base de expansão do sistema econômico, no qual se impõe uma racionalidade técnico-científica permitindo ganhos em escala global de produção e consumo.

As relações capitalistas de produção segundo Harvey (2005), trouxeram mobilidade ao espaço geográfico e um novo modo de pensar e trabalhar o espaço. Diariamente, essa contínua construção e existência do espaço geográfico acontecem independentemente da vontade humana. Pois, uma vez que o homem está em luta contínua pela sobrevivência, ele modifica, transforma, adapta, usa diversos meios naturais ou artificiais para a realização completa de seus instintos e necessidades.

Objetiva-se com esse trabalho descrever a importância dos processos urbanos

analisando as relações de produção e uso do espaço nos diferentes níveis da sociedade.

## METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa bibliográfica abordando a gênese e a história da cidade, a produção do espaço urbano, a discussão de conceitos e teorias a respeito da relação cidade/campo e urbano/rural, organização intraurbano e regional com vistas aos estudos feitos no Brasil e no mundo, a caracterização de cidade média no contexto nacional e os agentes sociais que promoveram o seu crescimento urbano.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço urbano passa a ser composto por um conjunto de paisagens geográficas, caracterizadas pelos contornos caóticos e ao mesmo tempo organizadas, dado num certo momento (tempo) pelos diferentes ritmos do desenvolvimento das relações sociais. A paisagem urbana é, portanto:

[...] a expressão da ‘ordem’ e do ‘caos’, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato. O aspecto fenomênico coloca-se como elemento visível, como a dimensão do real que cabe intuir, enquanto representação de relações sociais reais que a sociedade cria em cada momento do seu processo de desenvolvimento. (CARLOS, 1994, p. 36).

As qualidades da paisagem urbana, caóticas ou ordenadas, estão ligadas ao conhecimento que temos dela, sejam elas emocionais ou estéticas. As paisagens têm sido consideradas pelo homem como algo estático, congelado no tempo. Entretanto, elas são definidas como superestruturas formadas por um sistema de interações de grande dinamismo. Essas interações são referentes aos componentes bióticos e abióticos, geralmente com o equilíbrio bastante crítico e fácil de ser alterado.

A paisagem urbana é consequência direta da relação entre a experiência humana e seu espaço, este por sua vez, reflete no mundo capitalista, a segregação espacial como resultado da distribuição de renda estabelecida no processo de produção e consumo. Tal segregação aparece, principalmente, no acesso a determinados serviços, à infraestrutura,

enfim aos meios de consumo coletivo.

As cidades nos países pobres possuem seus problemas agravados no que tange ao uso da terra, pois, apresentam um grau mais acentuado na estratificação e segmentação dos diversos setores sociais que materializam a vida urbana. Nestas cidades a reprodução da lógica conflituosa entre capital x trabalho produz ainda uma dinâmica hierarquizada extremamente acentuada e complexa, assentando cada grupo social nos espaços físicos (áreas sociais) e nas condições sociais equacionadas por sua situação de classe. As áreas sociais, por sua vez, são áreas marcadas pela tendência à uniformidade da população em termos de três conjuntos de características: status socioeconômico, urbanização e etnia (CORRÊA, 1997).

Os fatores que determinarão o grau de segregação dentro das cidades estão vinculados ao preço da terra urbana (com o seu respectivo valor de uso e de troca), e a inserção de determinada parcela no espaço urbano total, tendo como ponto de partida a localização do terreno (por exemplo, o bairro), o acesso aos lugares ditos privilegiados (escolas, shopping, centros de saúde, serviços, lazer, etc.), à infraestrutura (água, luz, esgoto, asfalto, telefone, transporte), e à privacidade. (CARLOS, 1994).

Dentro das cidades, essa mesma lógica capitalista de expansão territorial também é parte integrante na organização das mesmas, cuja formação de novas demandas de consumo do espaço urbano determina o seu crescimento vertical e/ou horizontal, mas que na maioria das vezes, esse crescimento está ligado às práticas perniciosas. Como por exemplo: o parcelamento indiscriminado do solo nas periferias urbanas, que se constitui como uma das principais fontes de problemas ambientais das cidades.

O planejamento territorial deve ser constante e contínuo, pois, este é o melhor modo de ocupar o espaço citadino, uma vez que sua função é determinar os diferentes usos do solo urbano de acordo com a atividade humana – comercial, residencial ou industrial – e suas respectivas necessidades no presente e no futuro. Pelo planejamento territorial, pode-se converter a cidade em benefício para todos; democratizar as oportunidades para os moradores; garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal; e democratizar as condições para usar os recursos disponíveis, de forma democrática e sustentável.

Por sua vez, Soares (1995) destaca a relação entre a elite local e a cidade, sendo que este seletivo grupo, governa a cidade segundo seus interesses, através do controle político, econômico, institucional, administrativo e cultural.

A atuação do Estado na organização espacial da cidade tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte. Entretanto, o Estado é o grande consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na prática, tanto o crescimento urbano equilibrado quanto o desenvolvimento sustentável das cidades, são tarefas difíceis de serem concretizadas, devido a complexidade dos fluxos internos das mesmas, sejam populacionais, de produção ou informacionais. Entende-se que as cidades foram surgindo de acordo com as riquezas das regiões.

Ao falar das cidades e seu espaço territorial, não tem como esquecer sua economia e seus habitantes, pois a mão-de-obra é a principal forma de aumentar e obter o crescimento econômico social. O desenvolvimento sustentável é necessidade, e buscar uma qualidade de vida e um ambiente equilibrado é algo que traz muitas discussões, precisamos criar novos indicadores que atualize e mostre à população o que realmente está acontecendo ao seu redor. A construção das desigualdades é causa e consequência das classes sociais. Portanto, a organização territorial de uma sociedade pode ser compreendida a partir dos padrões de comportamento sociais coletivos.

## REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.